

APRESENTAÇÃO

Flavio García (UERJ)
Marcio Markendorf (UFSC)
Renata Philippov (UNIFESP)

FICÇÕES E EPIDEMIAS – PAISAGENS, POLÍTICAS E CATÁSTROFES

Havia algum tempo que o mundo não era atingido por uma pandemia como a do novo coronavírus, o SARS-CoV-2 (em inglês, *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2*), ao menos não com os efeitos experimentados. Nem a última contaminação global, a de H1N1, ocorrida entre 2009 e 2010, demandou medidas drásticas de biossegurança como as da atualidade, tais como o isolamento social, a quarentena e o *lockdown* (bloqueio total). O H1N1, uma variante do vírus *influenza*, causador da gripe, instaurou um regime brando de insegurança, como se fosse algo possível, mas um tanto distante e de pouca periculosidade. Talvez, por isso, seu qualificativo mais conhecido, gripe suína, tenha sido utilizado com toques de humor sombrio entre as pessoas na referência aos infectados. Mais distante ainda foi o surto de H1N5, ocorrido em 2005, que não chegou a se configurar como uma pandemia, tendo afetado apenas alguns países asiáticos e europeus. A covid-19, entretanto, é outra história.

O temor do contágio pelo novo coronavírus pode encontrar alguns paralelos com a explosão do HIV/AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, em inglês, *Acquired Immunodeficiency*

Syndrome), no início dos anos 1980. Em primeiro lugar, pode-se apontar para o caráter **misterioso** com o qual a doença foi recebida inicialmente, percepção provocada pela falta de informações sobre as vias de contágio, as formas de transmissão e os índices de letalidade.

Essa ausência de conhecimento colaborou para a construção de medidas restritivas quanto ao contato social – no caso do HIV, defendeu-se a abstinência sexual, bem como o contato com qualquer objeto que a pessoa contaminada pudesse ter tocado; quanto ao SARS-Cov-2, recomendou-se o distanciamento social de 1,5 metros – ou, em algumas situações, até mais –, o uso de máscaras e luvas de proteção. Em ambos os casos, as informações pouco acuradas sobre a doença – associadas às *fake news* propagadas em redes sociais e aplicativos de mensagens – culminaram em uma severa resposta aos casos de pacientes testados positivos – tornando as vítimas potenciais agressores.

Em segundo lugar, cabe ressaltar o **aspecto fásico** das enfermidades, o que as torna *doenças do tempo*: a infecção por HIV conta com quatro fases clínicas (infecção aguda, fase assintomática, fase sintomática inicial e AIDS); a covid-19 tem três estágios (período de incubação assintomático, período sintomático brando, período sintomático grave). Nos dois casos, viu-se como preocupante o período assintomático – ou de janela imunológica –, no qual é possível que o vírus seja transmitido para outras pessoas, sem que a pessoa contaminada saiba disso.

Em terceiro lugar, não se pode escapar de uma **construção moral**, associada à enfermidade, algo que remete aos (maus) costumes. No que diz respeito ao HIV, culpavam-se os hábitos

sexuais dos gays – vistos como corpos dissidentes, anormais e depravados. Um vírus contraído pelo sexo só poderia mesmo ter elementos suficientes para leituras moralistas ou religiosas, nas quais o sexo e o desejo foram vistos sob a ótica do pecado, e a doença, como punição. Curioso é que a pandemia tenha surgido imediatamente após os anos 1970, época conhecida pela liberação da sexualidade. Não demorou muito para que tais leituras fossem aplicadas à covid-19.

Desta vez, o foco do preconceito foram os chineses e seus “exóticos” hábitos alimentares, o que fomentou um tipo de cruzada xenofóbica contra a Ásia, bem como preocupação sobre o modelo de aldeia global.

A publicação independente *Sopa de Wuhan*, organizada por Pablo Amadeo, contendo textos de diferentes pensadores (dentre os quais, Giorgio Agamben, Paul Preciado, Jean-Luc Nancy, David Harvey, Judith Butler) sobre a epidemia de covid-19, gerou debates controversos e foi acusada de racista por conta do título da obra e do destaque dado à figura do morcego. Afinal, a (des)informação no início da pandemia apontava a sopa de morcego, descrita como um dos itens gastronômicos típicos da cultura chinesa popular, como a porta do contágio global, e os chineses, por conta de seus hábitos alimentares, teriam levado o mundo a uma pandemia. Não ficaram de fora teorias conspiratórias de que a China tivesse desenhado a pandemia ao modo de um ataque terrorista biológico, o que pretendia encolher os mercados econômicos mundiais e fortalecer o país como potência planetária. No caso do HIV, a demora de uma resposta governamental ao surto foi interpretada como parte de um projeto estatal de extinção da comunidade gay.

Das pragas do Egito, passando pela peste de Édipo Rei, pelos vampiros do medievo, pelos soropositivos e pelas vítimas de covid-19, a história não deixa de registrar bodes expiatórios, culpados pelos males, sinal de um domínio ideologicamente contaminado pelo religioso, campo discursivo que vê a doença como instrumento de punição por faltas individuais ou comunitárias.

Diferentemente da AIDS, que expunha uma ampla iconografia de suas consequências nas pessoas infectadas, a covid-19 ofereceu uma diversificada iconografia dos equipamentos de proteção, compostos por avental apropriado, máscara facial, viseira, luvas descartáveis, álcool 70%, termômetros infravermelhos. No lugar dos efeitos terroristas da AIDS nos doentes, têm-se, com a covid-19, imagens fotográficas ou em vídeo dos pacientes intubados. Tal iconografia protetiva estimulou uma relação de desconfiança entre as pessoas em geral, como se todos e cada um pudessem ser um contaminado e contaminador em potencial.

Enquanto a doença permanecia um mistério, recomendava-se que apenas um membro da família fosse às compras e que tudo o que se comprasse fosse rigorosamente higienizado. Circular pelos espaços públicos foi vivenciado como um tipo de missão arriscada; e a pessoa da casa que assumia fazê-lo era vista como um tipo de tributário, aquele que se sacrificaria pelo bem da unidade familiar.

Os animais domésticos, sobretudo cães, foram tirados de circulação, acompanhando o movimento de isolamento social de seus donos. Os que eventualmente saíam eram proibidos de se aproximar de outro cachorro e exercer a prática do farejo mútuo – hábito comum desses animais – por medo de contágio.

Foi o medo em relação à falta de tratamento efetivo da doença – os desejados imunizantes preventivos e a tão sonhada vacina, por exemplo – que tornou o isolamento social a única medida eficaz para o achatamento da curva de contágio (expressão popularizada enormemente pelos jornais nos números sobre a pandemia).

Há de se observar, também, certa geopolítica na construção de epidemias/pandemias, que as posiciona em espaços tais como a América Latina, a África e a Ásia, a serem vigiados e controlados pelos centros hegemônicos, em uma luta constante pela manutenção do poderio. No que diz respeito a enfermidades disseminadas amplamente, é possível destacar, ainda, o aspecto político envolto na construção metafórica das doenças, no qual se configuram formas de opressão e instâncias de exclusão: a AIDS recebeu o epíteto de “peste gay”, o H1N1 chegou a ser descrito como doença dos “chicanos”, e o SARS-CoV-2 é enquadrado como “vírus chinês”.

Muitas apostas foram feitas nos primeiros seis meses da pandemia: as desigualdades sociais seriam repensadas, o altruísmo e a solidariedade floresceriam, o individualismo capitalista perderia espaço, o poder passaria do Ocidente para o Oriente. Mas, infelizmente, já a mais de um ano em pandemia, o cenário não parece ter mudado, e a fantasia da união global foi por terra. À medida que os meses avançavam, sem qualquer leniência para o problema, o isolamento social chegava a um limite insuportável. Os ricos continuavam ficando mais ricos; os pobres, ainda mais pobres. À classe média era garantido o direito ao trabalho remoto, no conforto do seu lar, enquanto boa parte dos trabalhadores, dos quais muitos perderam o emprego com o fechamento compulsório

de estabelecimentos, passou a ter que conseguir o sustento trabalhando como entregadores de aplicativo.

No esquema, ao mesmo tempo em que se denunciava a desigualdade social da pandemia – quem pode ou não trabalhar remotamente –, era justamente a desigualdade social que sustentava o isolamento das classes média e alta. Ao lado da classe social, entram na contabilidade dos mais vulneráveis a interseccionalidade da raça/etnia, gênero e idade. Os mais velhos, por exemplo, eram enviados do hospital onde estavam internados para morrer em casa, como um tipo de fatia da população sacrificável – a lógica dos naufrágios: “mulheres e crianças primeiro”.

Cansados do isolamento social e sentindo-se privados de uma vida “normal”, jovens e adultos começaram a promover enormes festas privadas (clandestinas ou não), algo favorecido pelo afrouxamento das normas sanitárias constantes nos decretos municipais e estaduais. Pela pressão dos setores, serviços não essenciais, tais como cinemas e academias, foram liberados, voltando a funcionar com capacidade reduzida e medidas de segurança questionáveis e ilusórias.

O desrespeito à biossegurança coletiva levou ao colapso dos serviços funerários e, na cidade de Manaus, no Amazonas, a imagem de covas coletivas impactou enormemente os telespectadores dos noticiários pelo país e pelo mundo afora. Há de se destacar, ainda, o impacto emocional produzido pela proibição de ritos funerários de entes queridos, algo que sequer pode ser mensurado.

A especulação capitalista, frente à relação de oferta e procura, longe de concretizar as apostas humanitárias, elevou os preços de itens básicos de higienização (álcool e máscaras) e mesmo de suporte aos casos graves (como os cilindros de oxigênio).

A China, por sua vez, segue sendo construída como um inimigo do Ocidente, e, no Brasil, a vacina produzida nesse país é lida pejorativamente como *vachina*.

Ultimamente, fala-se sobre as consequências psíquicas dessa pandemia, algo análogo à “síndrome da cabana” – depois de muito tempo fechado em um espaço, o indivíduo pode experimentar terror em espaços públicos, gerado pela desconfiança e medo de perigo próximo. Como se pode notar, o cenário de epidemias e de pandemias constrói, desse modo, uma paisagem do medo (Yi-Fu Tuan), confere abertura para metáforas (Susan Sontag), remete a contextos de expressão evidente da biopolítica (Michel Foucault, Roberto Esposito) e encena a catástrofe econômica e social da necropolítica (Achille Mbembe).

É curioso, portanto, que *A peste*, de Albert Camus, datada de 1947, torne-se hoje, em meio ao distanciamento imposto pela covid-19, um tipo de *best seller*, leitura de entretenimento. Na mesma esteira seguem projetos literários que versam sobre doenças reais ou imaginadas, em contextos históricos ou fictícios, por meio de descrições realistas ou fantasistas, das quais merecem destaque: *Um diário do ano da peste*, de Daniel Defoe; *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago; *O amor nos tempos do cólera*, de Gabriel García Marquez; *O último homem*, de Mary Shelley; *Eu sou a lenda*, de Richard Matheson. No cinema chama

a atenção que um filme como *Contágio* (*Contagion*, Steven Soderbergh, 2011) receba o status de premonitório e tenha se tornado um sucesso repentino nos serviços de *streaming*. Por outro lado, não se pode deixar de mencionar que a correlação entre doença e monstruosidade é nativa do gênero de horror (Noël Carroll) e amplamente ressignificada nos corpos dos monstros. Poderia até mesmo ser sintomático de uma sociedade doente que um dos jogos mais baixados nas plataformas virtuais nos dias de hoje seja *Plague Inc*, narrativa que dá vitória àquele que destruir a humanidade espalhando um vírus mortal.

Este número temático da revista *Abusões* não se furta, portanto, de retratar e dialogar com esse longo período de aflição e morte, refletindo como essas questões são artisticamente refratadas pela arte (literatura, cinema, séries televisivas e música) e abarca textos variados que versam sobre o campo das epidemias/pandemias em suas mais diversas frentes, evocando cenários diversos (gótico, fantástico, insólito ficcional, apocalíptico, pós-apocalíptico) e articulando perspectivas variadas no enquadramento de ficções sobre contágio e contaminação em diferentes mídias (literatura, teatro, cinema, streaming e música).

A seção Dossiê abre-se com artigos que articulam a exegese de escritos de autores do século XIX, como os clássicos contos “Rei Peste”, de Edgar Allan Poe, e “O Horla”, de Guy de Maupassant; na sequência, trazemos estudos acerca de obras do século XX, como “A peste”, de João do Rio, “A doença branca”, do dramaturgo chéco Karel Čapek, e “O último dia do ano”, do angolano José Eduardo Agualusa. A seguir, vêm estudos comparativos entre obras literárias, como um artigo cotejando *Oryx and Drake*, de

Margaret Atwood, *Frankenstein*, de Mary Shelley e *Brave New World*, de Aldous Huxley; um texto sobre contos dos escritores brasileiros contemporâneos Carol Bensimon, Javier Arancibia Contreras e Sérgio Tavares; um ensaio comparando os contos “Demônios”, de Aluísio de Azevedo, e “Cidade Adormecida”, de Marcel Schwob; ou ainda um estudo comparando “Las cosas que perdimos en el fuego”, da argentina Mariana Enríquez, e “Pureza de sangre”, do espanhol Juan Miguel Aguilera. A seção finaliza com dois artigos que se inserem no campo de literatura e outras artes e estudos intermédias: um ensaio que analisa duas narrativas vampírescas do século XXI, *Noturno*, de Guillermo del Toro e Chuck Hogan, e a série televisiva *Apocalypse V* da Netflix; um estudo contemplando o topos de Recife assombrado, através dos escritos de Gilberto Freyre e Roberto Beltrão, em diálogo com a filmografia de Kléber Mendonça Filho, Adriano Portela e Frederico Toscano e suas respectivas trilhas sonoras. Assim, onze artigos compõem a seção, que fazem um percurso pela questão epidêmica e sua estetização e ficcionalização na arte. É uma contribuição para tempos tão insólitos e pandêmicos.

A seção Miscelânea reúne uma crônica ficcional inédita, um depoimento parafictional originado no *feed* de notícias do *Facebook*, uma resenha e uma entrevista com uma ficcionista.

A crônica do escritor português José Viale Moutinho, “Odilo (Mss do Séc. XXI)”, escrita em outubro de 2020, narra a história do senhor Odilo, isolado no quarto de um lar para idosos, em meio à pandemia, vivendo as aflições de quem se comunica com os de fora, tendo a porta fechada entre eles, imposta como uma barreira intransponível. Os meses passam, mas a pandemia e o consequente

isolamento permanecem, e Odilo aflige-se e começa a perder o senso da realidade. No desfecho, ele ainda se encontra vivo, mas a diretora do abrigo está morrendo, pois, como descobre, “caiu nos braços fortes da pandemia”, e supõe que também deve haver morte entre os asilados. Seu envolvimento com os livros, seus devaneios frente ao espelho, seu gosto pelo cinema imprimem certa nuance autobiográfica ao relato. A história de Odilo é a ficcionalização do quotidiano pelo qual muitos idosos perpassaram nos lares em Portugal.

Ao meio-dia de 2 de janeiro de 2021 – horário de Lisboa –, Fernanda Angius (1936 – 2021), educadora, professora, pesquisadora, crítica, figura que sempre viveu dividida entre Portugal, sua terra natal, e Moçambique, país que adotou como segunda paixão, publicava “o que estava pensando” no *feed* de notícias de seu perfil no *Facebook*. Ela pensava na entrada do Ano Novo de 2021, que, como reconhecia com imenso pesar, foi, para ela – mas, há que se observar, para toda a Humanidade –, “completamente oposta à entrada do ano anterior”. Sujeito da realidade vivenciada por idosos abrigados em lares, Fernanda lastimava que “[a] última ceia do Ano Velho foi muito triste embora alguém a tivesse declarado ser de festa”. A ceia pareceu-lhe uma “Vigília fúnebre”. Enervou-se, demonstrou descontentamento, perdeu a serenidade. Reclamou do que pensava ser paternalismo e ultra proteção. Comparou a diferença entre o guiar ovelhas e cabras, dizendo-se reconhecer uma “cabra montês”. Passados dezoito dias desse desabafo com tons paraficcionais, escrito por alguém que vinha ensaiando sua autobiografia, em 20 de janeiro de 2021, Fernanda morreria no covidário do Hospital Santa Maria,

em Lisboa, deixando jovens ficcionistas e críticos, seus discípulos e seguidores, órfãos.

José Viale Moutinho ofereceu, graciosamente, sua crônica inédita, “Odilo (Mss do Séc. XXI)”, para publicação neste número temático da revista *Abusões*, e Fernanda Angius, consultada por um dos editores do número, que era seu “amigo” no aplicativo, autorizou a publicação do texto, ao qual deu o título de “A última ceia de 2020”. São duas histórias narradas em primeira pessoa, por figuras idosas, hospedadas compulsoriamente em lares, vivendo as agruras da pandemia da covid-19, sem encontrarem saída saudável.

A resenha aborda *Las creadoras ante lo Fantástico. Visiones desde la narrativa, el cine y el cómic* (2020), livro organizado por David Roas e Alessandra Massoni, professores de teoria da literatura e literatura comparada da Universidad Autónoma de Barcelona, que reúne apresentações realizadas, em 2019, durante o Congreso Internacional Visiones de lo Fantástico, organizado pelo Grupo de Estudios sobre lo Fantástico (GEF). Roas, coordenador do GEF, incursiona, para além da teoria e da crítica, pela ficção, sendo um dos mais respeitados estudiosos do fantástico a partir do primeiro ano do século XXI, contando com vasta produção ficcional e crítico-teórica e tendo sido galardoado com variados prêmios.

A seção se conclui com uma entrevista concedida pela gaúcha Natália Borges Polezzo, que, como David Roas, divide-se entre o ser ficcionista, professora, pesquisadora, além de tradutora. Natália também vem sendo bastante premiada por sua obra ficcional, que perpassa o le(ge)ndário, com veios de

terror, aproximando o gênero horror e o folclore brasileiro, em tangências com o gótico, o fantástico. Grande parte de sua produção tematiza ou ambienta-se em cenários pandêmicos, refletindo situações apocalípticas ou pós-apocalíticas.

Retoma-se, na entrevista, a vereda iniciada pelos artigos, na seção Dossiê, continuada, nesta seção, com a crônica de Viale Moutinho e o depoimento de Angius, que foi entrecortada pelas resenhas, cujo objeto central é o fantástico. Assim, arremata-se o número da revista com vieses de acabamento orgânico e coerente.

Agora, é ler. Boa Leitura!

Junho de 2021